

ANÁLISE SOBRE A IMPRENSA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE (1964-2011)

**LESTON, Odilon Júnior¹; CRUZ, Fábio Souza Da ¹;
CHIES, Luiz Antônio Bogo ²**

¹*Universidade Católica de Pelotas - Odilon_leston@hotmail.com*

²*Universidade Católica de Pelotas – labchies@uol.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a imprensa do Brasil nos últimos cinquenta anos, discutir sobre suas interpretações e divulgações de notícias que envolvem fatos relevantes que interessam a população.

O recorte cronológico é iniciado no ano de 1964, data que considero relevante pelo início do golpe militar, onde ocorreram intimidações à imprensa e repressão contra atos da sociedade civil.

Outro aspecto do trabalho será pesquisar as modificações no comportamento da imprensa após o término da ditadura militar e o comportamento da grande mídia diante das notícias envolvendo o Estado.

Uma das principais fontes onde podemos destacar a influência dos discursos políticos é a pesquisa dos periódicos e telejornais. Indubitavelmente, a função de analisar as fontes midiáticas e os discursos contidos nestes, divulgam a ideologia do meio de comunicação e, muitas vezes, as perguntas desenvolvidas pelos jornalistas indicam o posicionamento do entrevistador ou até mesmo emitem a opinião do local empregatício da empresa de comunicação.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O texto baseia-se em pesquisar as fontes históricas e midiáticas que auxiliam a compreensão sobre o tema abordado. Consideramos de suma importância essa revisão bibliográfica com o intuito de revitalizar o tema proposto.

Analisando a literatura composta basicamente por obras de historiadores e jornalistas como Douglas Kelnner, Anne Marie Smith, René Dreifuss, Minayo, Marilena Chauy, René Remond e o livro “Brasil Nunca Mais”, ficará evidenciado durante o trabalho o modo como a grande imprensa analisa certas notícias e como as abordagens de temas importantes são expostas de forma parcial.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo havendo negado a liberdade de imprensa, o Regime Militar de 1964-1985 visou utilizar, além da censura direta, vários métodos de tentativa de controle. A imprensa era vulnerável em muitas frentes, como do ponto de vista financeiro e profissional, além da segurança pessoal de seus integrantes.

As restrições ocorreram em vários níveis do regime, de uma forma bem generalizada, parecendo ser esta a orientação geral e, conforme indícios, estratégias mais veladas buscavam um controle de maneira despercebida.

Observações como esta tinham como intuito desmerecer as reportagens dos jornalistas e obrigar os órgãos midiáticos a demitir tais trabalhadores. As

denúncias de profissionais ligados a esquerda eram recorrentes mas, no entanto, não publicadas.

Conforme analisado pela autora Anne Marie Smith em documentos do CIEEx, nota-se as sugestões de caráter fiscal, como a declaração expressa das fontes de recursos, ou proibição de pessoas acusadas nos termos da Lei de Segurança Nacional de participar nos negócios. As redações dos veículos de comunicação eram também utilizadas para amordaçar a imprensa.

Segundo dados analisados no livro *Brasil Nunca Mais*, afora os procedimentos já descritos, o regime empregava outras formas de maus-tratos, desde importunação e duras ameaças até graves agressões físicas. Atentados a bomba, por parte dos militares, eram implantados nas sedes, nos escritórios das sucursais e nas bancas, tanto das publicações alternativas quanto da grande imprensa.

Os jornalistas também poderiam sofrer coação física. Existem publicações de grupos de jornalistas que trazem histórias de repórteres e fotógrafos que foram espancados pela polícia, tiveram suas anotações recolhidas e seus gravadores e câmeras destruídos.

O caso mais conhecido de tortura é o do jornalista paulista Vladimir Herzog, que tendo se apresentado voluntariamente ao DOI, acabou sendo torturado até a morte. Autoridades militares afirmaram que Herzog se confessara comunista e depois cometera suicídio. Como parte do encobrimento do fato, as autoridades apresentaram uma foto de Herzog já morto. Evidentemente esta afirmação apresentada pelos militares era falsa, como bem mostra o livro *Brasil Nunca Mais*. No entanto este fato e outros ocorridos no período abordado não obtiveram julgamentos e punições para os envolvidos graças à anistia que beneficiou os torturadores e censores.

Após este marcante período para a história do Brasil, encerrado em 1985, nota-se as novas características adotadas, e, a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a liberdade de expressão foi garantida. Contudo, a imprensa deveria anunciar produtos em seus jornais e programas de TV, para arrecadar subsídios para sua existência.

Com o sistema neoliberal implantado no país, o Estado continuou sendo responsável por garantir recursos em propagandas de prevenção à saúde e promover estatais, utilizando considerável verba do dinheiro público. Para custear estes anúncios na imprensa o governo pode ser considerado como um dos maiores patrocinadores da grande mídia.

Além do governo, existe a imponente multinacionais e grandes empresas que também modificam padrões culturais e da sociedade em geral, como propagandas de drogas lícitas ou até mesmo em notícias que produzem o grande capital como o bem feitor e representante dos interesses da população, enquanto os protestos organizados pela sociedade civil, pelos manifestantes, reivindicando melhores salários ou condições de vida, são tratados como “baderna”.

A seguir, citação de Kellner, onde o autor compreende a falta de qualidade educacional e política da maioria de reportagens e programas da televisão. Esse aspecto denota a preocupação da mídia com a audiência e os patrocínios, que poderão ser arrecadados com a preferência do público pelo programa apresentado.

Os mais explorados e oprimidos pela ordem social, porém, podem pagar pouco mais do que o entretenimento “gratuito”, especialmente televisivo. Como escapatória da miséria social ou como distração das preocupações e temores da existência dia-a-dia, as pessoas se voltam para a cultura da mídia procurando encontrar algum significado e algum valor para a vida. O esporte

possibilita a identificação com o *glamour*, o poder e sucesso, fortalecendo aqueles que se identificam com as equipes e os craques vencedores. As novelas e os programas humorísticos ensinam como conviver com a ordem social contemporânea, enquanto os filmes de ação mostram quem tem o poder e quem não tem, quem pode e quem não pode exercer a violência e quem é ou não gratificado pelos benefícios da “boa vida” na mídia e na sociedade de consumo. A propaganda demonstra como resolver problemas e como ser feliz, bem-sucedido e popular adotando um comportamento apropriado. O cinema mostra o charme do “*american way of life*” e oferece modelos irreais de identificação enquanto aumenta sem para o número de imagens violentas (KELNNER, 2001).

Segundo Bucci, o verdadeiro papel da imprensa seria o de apoiar movimentos lícitos ou, no mínimo, apresentar as notícias sem juízo de valor, preocupando-se em averiguar ambos os pólos e, logo após, produzir a reportagem sobre temas sociais.

Cabe à imprensa voltar sua atenção fiscalizadora não apenas aos governos e aos partidos políticos, mas também a essas novas formas de poder que se armam no âmbito do mercado, formalmente fora do Estado – às vezes fora das vias oficiais dentro das instâncias decisórias do Estado. Não raro, elas conspiram, veladamente, contra liberdades, direitos individuais e contra a formação livre da vontade dos indivíduos e dos grupos. É crucial vigiá-las (BUCCI, 2008).

4. CONCLUSÕES

Durante as décadas mencionadas podemos constatar que os discursos políticos produzidos pela mídia obtiveram, primeiramente, uma censura ditatorial, onde a principal preocupação era o funcionamento do jornal e a vida de seus funcionários.

Após o término da censura repressora, fisicamente, o principal censor imposto à mídia foram somente os patrocinadores, onde os recursos financeiros das empresas e as propagandas do Estado são as principais fontes de renda dos grandes meios de comunicação.

Os jornalistas e os meios de comunicação, além de preocuparam-se com o ibope de seus programas, deveriam dar atenção ao conteúdo exibido, excluindo notícias de pouca importância para a sociedade e fornecendo matérias educacionais e sociais com elevado grau de qualidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS, P. E. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. 4ªed.
- BUCCI, E. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, G. (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez, 2008. Cap.1, p. 46-62.
- DIMENSTEIN, G. **As armadilhas do poder: bastidores da imprensa**. São Paulo: Summus, 1990. 1ªed.
- DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981. 1ªed.
- FERREIRA, J; DELGADO, L.A. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003. 1ªed.
- KELLNER, D. **A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 1ªed.
- PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. 2ªed.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984.** Londrina: VEL, 2001. 1^oed.

SMITH, A. M. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2000. 1^oed.